

**XXVI CONGRESSO NACIONAL DO
CONPEDI SÃO LUÍS – MA**

**SOCIOLOGIA, ANTROPOLOGIA E CULTURA
JURÍDICAS**

SÉRGIO HENRIQUES ZANDONA FREITAS

JULIA MAURMANN XIMENES

LEONEL SEVERO ROCHA

Todos os direitos reservados e protegidos.

Nenhuma parte deste anal poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – CONPEDI

Presidente - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa – UNICAP

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Ingo Wolfgang Sarlet – PUC - RS

Vice-presidente Sudeste - Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim – UCAM

Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Maria dos Remédios Fontes Silva – UFRN

Vice-presidente Norte/Centro - Profa. Dra. Julia Maurmann Ximenes – IDP

Secretário Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba – UFSC

Secretário Adjunto - Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto – Mackenzie

Representante Discente – Doutoranda Vivian de Almeida Gregori Torres – USP

Conselho Fiscal:

Prof. Msc. Caio Augusto Souza Lara – ESDH

Prof. Dr. José Querino Tavares Neto – UFG/PUC PR

Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini Sanches – UNINOVE

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva – UFS (suplente)

Prof. Dr. Fernando Antonio de Carvalho Dantas – UFG (suplente)

Secretarias:

Relações Institucionais – Ministro José Barroso Filho – IDP

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho – UPF

Educação Jurídica – Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues – IMED/ABEDI

Eventos – Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta – FUMEC

Prof. Dr. Jose Luiz Quadros de Magalhaes – UFMG

Profa. Dra. Monica Herman Salem Caggiano – USP

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo – UNIMAR

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr – UNICURITIBA

Comunicação – Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro – UNOESC

S678

Sociologia, antropologia e cultura jurídicas [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Sérgio Henriques Zandona Freitas, Julia Maurmann Ximenes, Leonel Severo Rocha – Florianópolis: CONPEDI, 2017.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-5505-552-2

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Direito, Democracia e Instituições do Sistema de Justiça

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Realidade Social. 3. Cultura. XXVI Congresso Nacional do CONPEDI (27. : 2017 : Maranhão, Brasil).

CDU: 34



XXVI CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI SÃO LUÍS – MA SOCIOLOGIA, ANTROPOLOGIA E CULTURA JURÍDICAS

Apresentação

O XXVI Congresso Nacional do CONPEDI foi realizado em São Luís - Maranhão, promovido pelo Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (CONPEDI) em parceria com a Universidade Federal do Maranhão – UFMA, por meio do seu Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito e Instituições do Sistema de Justiça, no período de 15 a 17 de novembro de 2017, sob a temática “DIREITO, DEMOCRACIA E INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA”.

O Grupo de Trabalho “Sociologia, Antropologia e Cultura Jurídicas” desenvolveu suas atividades na data de 16 de novembro de 2017, no Campus da Universidade CEUMA, em São Luís-MA, e contou com a apresentação de dezessete artigos científicos que, por suas diferentes abordagens e aprofundamentos científico-teórico-práticos, possibilitaram discussões críticas na busca de aprimoramento do renovado sistema brasileiro das ciências sociais.

Os textos foram organizados por blocos de temas, coerentes com a sistemática do respectivo Grupo de Trabalho, podendo-se destacar nas pesquisas as discussões sobre a sociedade pós-moderna, complexa e líquida, com a apresentação, sob viés crítico, de caminhos e soluções aos problemas abordados.

A coletânea reúne gama de artigos interdisciplinares, maduros e profícuos, que apontam questões relativas à corrupção sistêmica e as políticas sociais, o “jeitinho” e a “malandragem” brasileira, questões relativas a via alternativa de resolução de conflitos e a análise sociológica dos conflitos judiciais brasileiros, as comunidades indígenas e suas terras, o agronegócio, o etnodireito e o princípio da igualdade, a posse e a propriedade, com viés de territorialidades rivais, bem como os territórios tradicionais pesqueiros, a sociedade burguesa, os conflitos afetivos, a instituição policial e a crise do setor público, o estruturalismo construtivista, as técnicas de ensinagem no Direito, mapas mentais e a consequente evolução do profissional com atuação no Direito e, finalmente, a ideologia da universalidade dos Direitos Humanos.

Como se viu, aos leitores mais qualificados, professores, pesquisadores, discentes da Pós-graduação, bem como aos cidadãos interessados nas referidas temáticas, a pluralidade de relevantes questões e os respectivos desdobramentos suscitam o olhar sobre os avanços e

retrocessos dos direitos sociais no Brasil e a necessidade de se evoluir na discussão sobre o comportamento humano e a sociedade de indivíduos, grupos e instituições.

Assim, os coordenadores do Grupo de Trabalho - SOCIOLOGIA, ANTROPOLOGIA E CULTURA JURÍDICAS, agradecem a colaboração dos autores dos artigos científicos e suas instituições multiregionalizadas, pela valorosa contribuição ao conhecimento científico e ideias para o aprimoramento democrático-constitucionalizado do Direito brasileiro.

Finalmente, de forma dinâmica e comprometida com a formação do pensamento crítico contemporâneo, o convite do CONPEDI, por meio dos organizadores da presente publicação, para uma leitura prazerosa dos artigos apresentados, com a possibilidade de (re)construção crítico-evolutiva do homem e da sociedade, ambos voltados na concretização de direitos e garantias fundamentais insculpidos na Constituição de 1988.

São Luís/MA, novembro de 2017.

Prof. Dra. Julia Maurmann Ximenes - IDP

Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos

Prof. Dr. Sérgio Henriques Zandoná Freitas - FUMEC

Nota Técnica: Os artigos que não constam nestes Anais foram selecionados para publicação na Plataforma Index Law Journals, conforme previsto no artigo 7.3 do edital do evento. Equipe Editorial Index Law Journal - publicacao@conpedi.org.br.

**“INGRESSO” E “FORMAÇÃO” NA PMERJ: LIMITES E DESAFIOS DA
PROFISSÃO DE POLICIAL MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**"ADMISSION" AND "TRAINING" IN THE PMERJ: LIMITS AND CHALLENGES
OF THE PROFESSION OF MILITARY POLICE OF THE STATE OF RIO DE
JANEIRO**

Jorge Antonio Paes Lopes ¹

Luiz Eduardo De Vasconcellos Figueira ²

Resumo

Este estudo é parte de uma pesquisa empírica de inspiração etnográfica para elaboração de minha tese de doutorado. Buscou-se problematizar as categorias “formação” e “ingresso” na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro – PMERJ. Através de entrevistas com atores ligados à Segurança Pública e análise dos discursos institucionais dos agentes do Estado, a ideia é fazer um mapeamento dos usos dessas categorias no contexto das práticas da PMERJ, buscando tratar dos limites e desafios do exercício da profissão e analisando como se dá o processo de construção de suas identidades a partir das práticas discursivas.

Palavras-chave: Formação policial, Práticas estatais, Segurança pública, Identidade

Abstract/Resumen/Résumé

This study is part of an empirical research of ethnographic inspiration for elaboration of my doctoral thesis. We sought to problematize the categories "training" and "admission" in the Military Police of the State of Rio de Janeiro - PMERJ. Through interviews with actors related to Public Security and analysis of the institutional discourses of State agents, the idea is to map the uses of these categories in the context of PMERJ, seeking to deal with the Limits and challenges of the exercise of the profession and analyzing how the process of constructing their identities occurs from the discursive practices.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Police training, State practices, Public safety, Identity

¹ Mestre em Direito - PPGD - UFRJ e Doutorando em Sociologia e Direito - PPGSD - UFF

² PROFESSOR ASSOCIADO DA FACULDADE NACIONAL DE DIREITO - PPGD - UFRJ; MESTRE E DOUTOR EM ANTROPOLOGIA - PPGA - UFF

Introdução

Buscou-se, neste artigo¹, problematizar as categorias “formação” e “ingresso” na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro – PMERJ. Através de entrevistas com atores ligados à Segurança Pública (praças e oficiais) e análise dos discursos institucionais dos agentes do Estado sobre o assunto, a ideia é fazer um mapeamento dos usos dessas categorias no contexto das práticas policiais do Estado do Rio de Janeiro, buscando tratar dos limites e desafios do exercício da profissão e analisando como se dá o processo de construção de suas identidades a partir das práticas discursivas.

Nesse esforço inicial de construção de um olhar para o material de pesquisa com uma sensibilidade etnográfica, foi que busquei apresentar o que os policiais militares do Rio de Janeiro dizem sobre a sua carreira, em especial sobre o “ingresso” e a “formação” nessa área, bem como fazer um mapeamento dos usos dessas categorias no contexto da PMERJ.

As entrevistas são o principal material empírico deste trabalho. As perguntas realizadas aos policiais foram abertas e, na maioria das vezes, informais, caracterizando uma conversa. Iniciava as conversas obtendo alguns dados pessoais relevantes para o perfil de cada entrevistado, como nome de guerra, patente, tempo na PM, duração do curso de formação, local do curso de formação e quantidade de alunos na turma. Em seguida, pedia ao entrevistado que falasse sobre seu ingresso na corporação e sobre o curso de formação. De maneira geral, posso adiantar aqui que essa distinção das categorias “ingresso” e “formação” não eram verificadas nas respostas dos entrevistados “praças”. A maioria começou falando do ano em que passou no concurso e logo discorria sobre como foi o curso de formação. Nenhum entrevistado elaborou opinião complexa sobre a forma de ingresso na PM. Já em relação à categoria “formação” as informações eram mais elaboradas e traziam opiniões e críticas a respeito, facilitando a formação de um quadro de representações para análise. Para exemplificar o tipo de resposta que obtinha sobre “ingresso” na PM, um policial disse:

“Eu queria ser PM porque via na televisão. Filmes que tinham tiro, ação, prender gente, isso me atraía demais. Eu fui morador de comunidade. Tive uma infância muito pobre. Ver o

¹ Este artigo é fruto dos conhecimentos teórico-metodológicos e das ferramentas conceituais obtidos no Grupo de Pesquisa NCJ – Núcleo de Cultura Jurídica do PPGD-UFRJ, onde buscamos fazer um esforço para olhar para o produto de uma pesquisa com indagações etnográficas. Além disso, utilizei parte do material de pesquisa empírica que será utilizado na elaboração da minha tese de doutorado no PPGSD-UFF¹, composto de entrevistas e análises de discursos.

BOPE entrando na favela era muito bom. Eu ficava olhando... mas hoje já até penso em sair da PM...” (Soldado, 4 anos de PMERJ)

Ao entrevistar os policiais, percebia que nenhum deles tecia qualquer comentário sobre seu “ingresso” da forma como eu esperava, se foi concorrido, se a prova foi difícil, se teve que estudar muito, se concordava ou não com os meios para ingressar na corporação. Mesmo não sendo próprio deste tipo de pesquisa de campo “esperar alguma coisa”, é inevitável que o pesquisador formule, de certa maneira, suas expectativas. Esse não dizer nada a respeito também pode revelar representações as quais não pude verificar neste estudo. Um dos oficiais entrevistados deu a seguinte resposta sobre “ingresso”:

“Meu ingresso na PMERJ foi bem por acaso. Eu fazia Geografia na UERJ e um amigo meu filho de um coronel me falou pra tentar a carreira militar. Primeiro eu fui ver como era a prova para bombeiro: Química, Física, Biologia... aí pensei, tô fora. Depois fui ver a da PM: História, Geografia e Português... aí achei mais fácil e fui fazer. Eu não tinha nenhuma noção do que era ser PM, nem do que fazia um oficial. Mas passei no vestibular e fui ser aluno-oficial por 3 anos, até ser declarado aspirante. Depois de ter êxito como aspirante, fui declarado 2º Tenente.” (Oficial – Capitão. 13 anos de PMERJ)

Já em relação à “formação”, como disse anteriormente, foi diferente. Todos os entrevistados “praças” tinham opinião crítica formada para falar do seu curso de formação. Deve-se considerar de antemão que tanto o processo de “ingresso” como o de “formação” na PMERJ já sofreram mudanças ao longo do tempo. Inclusive, deve-se considerar também que o ingresso atual de oficiais da PMERJ se dá de forma bastante diferente e exige formação em nível superior. O último concurso público para oficiais foi realizado no início de 2017 e exigiu graduação em Direito², algo inédito nos concursos para esse cargo na PMERJ:

“Para ingressarem na carreira de Oficiais da PMERJ, os candidatos interessados devem possuir como pré-requisitos, nível superior de escolaridade, com formação específica de Bacharel em Direito, não ter completado a idade máxima de 35 anos até a data da matrícula no Curso de Formação, possuir estatura mínima de 1,65 m, se do sexo masculino e de 1,60 m, se do sexo feminino...” (Sítio Estratégia Concursos)

Apesar de trabalhar com pesquisas com policiais há algum tempo e de conhecer muitos deles, estabelecendo com alguns uma relação de amizade, logo, de confiança, é importante ressaltar que entrevistar policiais nunca é uma tarefa fácil. O elemento

² Neste concurso foram oferecidas 45 vagas para homens e 5 vagas para mulheres. O concurso era composto de 5 etapas: 1ª etapa: fase 1: prova objetiva (60 questões da área do Direito) e fase 2: Redação; 2ª etapa: fase 1: exame antropométrico e fase 2: teste de aptidão física; 3ª etapa: Exame psicológico; 4ª etapa: Exame de saúde; 5ª etapa: Exame social e documental.

“desconfiança” sempre estará presente nas conversas e entrevistas, ainda mais quando entrevisto policiais pela primeira vez. A primeira coisa que fazem é me perguntarem os motivos da entrevista, quem eu sou, o que faço e o que vou fazer com as informações recebidas. Na maioria das vezes, eu conto com a ajuda de um grande amigo policial que é praça e que tem contato com policiais de vários locais do estado. Ele é aquele típico “PM gente boa” que se relaciona bem com todo mundo. Em geral ele fala que é uma entrevista para um amigo que estuda segurança pública e que está fazendo um trabalho para a faculdade, poupando-me do esforço de explicar de forma satisfatória os questionamentos que normalmente fazem antes das entrevistas. Acredito que esse meu amigo convença de forma satisfatória os entrevistados que me indica, porque quase sempre eles chegam muito receptivos à conversa e trazidos pelo próprio policial meu amigo.

As entrevistas com oficiais da PMERJ são bastante diferentes. Aqui destaco a utilização da categoria policial para me referir, neste estudo, aos praças ou os chamados “oficiais subalternos”, que são os subtenentes. Os policiais do oficialato serão identificados como oficiais. Isso porque praças e oficiais, embora policiais, genericamente falando, e já antecipando uma conclusão, possuem diferentes formas de representação sobre as categorias “ingresso” e “formação”.

Numa ocasião, entrevistei um policial que estava cobrindo as férias do meu amigo “PM gente boa”. Foi interessante porque um outro policial que já havia entrevistado, de forma voluntária, me falou: “tem PM novo aí pra você entrevistar, quer que eu peça pra ele vir aqui?”. Achei isso muito significativo e agradei bastante a esse policial que sempre me encontra nos corredores do Fórum e pergunta: “E aí, como andam as pesquisas? Já escreveu o que eu te falei? Quero ler hein?”. Essa relação que tenho com o Poder Judiciário facilita muito meu acesso aos entrevistados. Não raro, estou conversando com juízes e defensores em seus gabinetes e isso é notado pelos policiais, que devem agir assim para agradar, já que quem tem acesso aos magistrados deve ser “gente importante”. Essa interpretação não saiu das minhas representações particulares. Nas entrevistas os policiais falavam: “você que tá sempre com juízes e conhece a rotina do Fórum, sabe como é”. Diziam se referindo a alguma dificuldade nas escalas de serviço ou nas tentativas para ficar lotado apenas no Fórum. Alguns chegaram a me pedir para dar uma força para tirá-los das ruas e ficar interno, assim como meu amigo “PM gente boa”: “você que tem acesso aos juízes poderia desenrolar isso hein...”. Voltando ao PM que entrevistei trazido voluntariamente por um outro policial, observei que o ambiente também faz diferença na entrevista. Normalmente eu uso o cantinho do café que fica no cartório. Não raro, alguns serventuários interrompem as conversas e passam a opinar também,

o que contribui para um clima ainda mais informal, uma conversa tipo da hora do cafezinho mesmo. Nesta ocasião, quando saímos do cantinho do café, encerrando a conversa, encontramos um grupo de serventuários da justiça que começou a brincar me chamando de “X9”³ e falando ao PM:

“E aí, cuidado hein, agora ele vai mandar o relatório pro comandante.”

Outro disse:

“Tá tranquilo, pelo menos você sabe onde encontrar ele depois... risos”

O pm falou:

“Cara eu vou te dizer uma coisa. Você entrevista policiais, mas nunca vai saber o que acontece de verdade. Tem coisas que ninguém vai falar numa entrevista. Ninguém. Eu saio do serviço e deixo lá tudo que experimentei. Outro dia eu saí na capa do Dia numa manifestação com um cacetete, parecendo que eu ia agredir o manifestante que ia colocar fogo num ônibus. Isso me queimou muito. (me mostrou a foto). Tem coisas que não falamos nem em casa, nem entre os policiais.”

Esse discurso do policial demonstra que, em que pese a informalidade das conversas, demonstrado inclusive na fala do serventuário ao se referir a mim como alguém fácil de ser encontrado para um eventual “ajuste de contas”(usando uma categoria de interpretação do que foi dito de forma livre), o entrevistado não esquece que há limites em relação ao que pode ser falado, mesmo numa conversa de cafezinho, quando diz: “Tem coisas que ninguém vai falar numa entrevista. Ninguém.” Observei que, ainda que a conversa seja descontraída e sem dúvida mais proveitosa para uma pesquisa, um policial não deixa de manusear todo o tempo a sua marca social de policial militar, ou seja, a conversa informal não deixa de ser uma entrevista.

Profissão: policial militar

Utilizei inicialmente o discurso contido num sítio da internet chamado “guia da carreira”⁴, que apresenta definições e dicas sobre as mais variadas carreiras profissionais nas quais se pode ingressar. Verifica-se que para a grande maioria das carreiras profissionais exige-se uma formação prévia específica, seja através de cursos profissionalizantes, seja através de formação universitária. No caso da chamada carreira militar, na qual está inserida a polícia militar, observa-se que há variadas formas de ingresso e também de formação. A polícia militar, em relação às demais áreas da carreira militar, é a que se mostra mais acessível

³ Essa é uma categoria que se popularizou e que é usada em geral para pessoas que se infiltram ou buscam informações para entregar grupos criminosos.

⁴ Trata-se de um sítio da internet onde são fornecidas aos interessados em encontrar uma carreira a seguir, dicas sobre profissões, salários, formação, cursos preparatórios, etc. (www.guiadacarreira.com.br)

do ponto de vista dos critérios de formação escolar e forma de ingresso. Assim está definida a polícia militar no discurso dos especialistas em orientação de carreiras no mercado de trabalho:

“A Polícia é a corporação que exerce suas funções junto às forças armadas. O policial deve estar capacitado para assegurar o bem-estar e a segurança da sociedade frente à aplicação das leis, tanto na prevenção quanto no judiciário. O profissional de polícia militar pode trabalhar nas mais diversificadas condições, horários e ambientes. Além disso, esse profissional precisa saber se relacionar com os cidadãos educadamente e usar de força física somente em ocasiões de precisão com indivíduos que se oponham a cumprir as leis.” (Sítio: Guia da Carreira)

Assim como faz com todas as outras carreiras, o “Guia da Carreira” faz uma breve consideração a respeito do exercício da profissão de policial militar:

“O Policial Militar (PM) está sujeito as mais diversas situações perigosas durante o exercício de sua função como a lesões corporais, estresse, invalidez permanente e até mesmo morte. Desse modo, essa profissão deve ser escolhida por pessoas que realmente possuam o desejo de defender a segurança das outras pessoas em primeiro lugar. O PM pode executar, também, tarefas administrativas internas, se for necessário.” (Sítio: Guia da Carreira)

De uma certa forma, os discursos de uma maneira geral apontam para os riscos inerentes ao exercício do cargo de policial militar. Nesta busca por definições de carreiras no sítio “Guia da Carreira”, é possível observar que trata-se de uma carreira “perigosa”, onde há muitos riscos, dentre eles, o de morte. Ao discorrer sobre o mercado de trabalho para o policial militar, o sítio reforça esse perigo da carreira:

“O mercado de trabalho para o policial militar está em constante expansão, no entanto o salário pode variar dependendo do estado. Essa profissão, em alguns estados, não é valorizada apesar de todos os riscos que os policiais correm; desse modo, as oportunidades são limitadas. Entretanto, é visível a necessidade por reforços na segurança das cidades. E por isso, a abertura de novas vagas para polícia militar é frequente, pois segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) o ideal é que tenha a cada 250 habitantes 1 policial.” (Sítio: Guia da Carreira)

Nesse contexto, observa-se que os sentidos dados à carreira de policial militar não parecem muito otimistas, ou melhor, parecem desencorajar de plano aqueles que não estejam certos de qual carreira seguir. Essa representação estigmatizada e estigmatizante da carreira de policial militar não está somente nos discursos dos orientadores de carreiras profissionais. Numa reportagem da revista Exame sobre a formação dos praças da PM do Ceará, vemos que os discursos dos policiais revelam que a exposição ao “perigo” começa já no curso de formação. Para os praças do Ceará, a sensação é a de estar sendo treinado para ser “igual a um pitbull, doido para morder as pessoas”:

“...parecia que tava adestrando um cachorro. O soldado é treinado pra ter medo de oficial e só. O treinamento era só mexer com o emocional, era pro cara sair do quartel igual a um pitbull, doido pra morder as pessoas. Como é que eu vou servir a sociedade desse jeito? É ridículo. O

policial tem que treinar o raciocínio rápido, a capacidade de tomar decisões. Hoje se treina um policial parece que está treinando um cachorro pra uma rinha de rua.” (depoimento de um soldado da PM do Ceará. BARROS, 2015)

Nota-se que a formação do policial na narrativa do soldado acima revela que há um estímulo para que o comportamento do policial que ingressa na corporação atenda a um quadro de referências composto de uma série de comportamentos, atitudes, modos de agir, sentir e pensar que fazem com que os indivíduos tomem como “verdades de si” (Foucault, 2006) essa identidade violenta, comparada a de um “cachorro pitbull”.

Essa técnica constitutiva do processo de construção da subjetividade do policial militar que ingressa na corporação aparece no discurso de um dos policiais que entrevistei, da PMERJ:

“Os superiores falavam: ‘quem quer ser amado vai ser bombeiro. Policial tem que ser temido e odiado.’ Isso que eles ensinavam. Você sai de lá agressivo, impaciente. Eu, na época, namorava uma menina e tive problemas no meu relacionamento com ela por causa disso, fiquei muito estressado e meu namoro até acabou.” (Cabo, 12 anos de PMERJ)

No caso dos entrevistados da polícia militar do Rio de Janeiro, indiquei o cargo e o número de anos que cada um tem de PMERJ. Essa informação é relevante porque já houve muitas mudanças nessa forma de construção da subjetividade do policial, ou seja, na formação e no ingresso na carreira. A narrativa do soldado da PM do Ceará, apontada anteriormente, é bem recente, o que indica que essa “mudança” na formação do policial militar ainda não atinge outros estados do país. Como o foco da nossa pesquisa é o policial militar do Rio de Janeiro, observei que quanto mais recente o ingresso na PMERJ, menos se fala dessa necessidade dos superiores de construir uma subjetividade de policial violento que deve ser “temido e odiado”. O cabo que narra sua experiência com a formação que teve na PMERJ ingressou há 12 anos na corporação, o que revela que essa construção de um comportamento e de uma mentalidade violentos é algo recente e que ainda vigora no *habitus* de policiais jovens da corporação. Entretanto, a entrevista com um outro cabo, com 9 anos de PMERJ, revela o momento em que essa “formação” começou a mudar, a ser diferente:

“Sobre esse negócio aí de formação para soldado eu vou te dizer uma coisa. Eu fui da turma de Raphael Gomide. Você conhece? Existe o curso de soldado antes e depois de Gomide. Eu conheci as duas faces do curso. Gomide ficou uns três meses com a gente... Claro que a gente notava que ele era diferente. O cabelo dele era diferente. A pele dele era diferente. O que mais chamava a atenção nele era a educação. Um cara muito, muito educado. Você imagina um cara desses num grupo de cospe grosso. Tinha gente com nível superior na turma, mas ele era diferente. Ele chamava a atenção sim. Tanto que ele ficou muito amigo do filho de um oficial que era da turma. Eu também fiquei amigo dele. Quando ele saiu e denunciou a forma como a pm era tratada no curso mudou tudo. O meu curso foi o primeiro a sofrer mudanças. Eles

passaram tratar a gente melhor. Mas eu vou te dizer, esse negócio de humanização demais da polícia tem seus efeitos colaterais. A polícia ficou muito mole. A palavra é essa: mole! É aquela história, “se o treinamento é difícil a guerra é fácil”. Antes o curso era mais duro, mais difícil. Daquele jeito que o Gomide falou ou pior. Mas tinha seu valor. Humanização demais dá nisso, uma polícia mole. A geração pós-Gomide tá sendo muito humanizada.” (Cabo, 9 anos de PMERJ)

Raphael Gomide é um jornalista, à época trabalhando na sucursal do Rio de Janeiro, do Jornal Folha de São Paulo. No dia 18 de maio de 2008, um domingo, o jornal Folha de São Paulo publicou uma reportagem intitulada “A PM por dentro”⁵. Na reportagem, o jornalista narra detalhes de como ingressou na PMERJ e o que vivenciou no curso de formação para soldados. Como ele mesmo afirmou em entrevista “A matéria revela que a PM não apenas tolera como por vezes até estimula a violência policial letal contra cidadãos brasileiros.”⁶

“Eu fiz concurso público, fui aprovado após sete meses de seleção e fui recruta da PM do Rio por um mês para tentar entender o papel da formação do soldado e o impacto desse treinamento na polícia que mais mata e mais morre no Brasil. A PM não tinha conhecimento de que eu era jornalista.” (Folha on line, 2009)

A reportagem foi uma espécie de “denúncia” sobre a forma como os recrutas eram tratados durante o seu processo de formação. O policial que entrevistei disse que, naquela época, após a publicação da reportagem e da revelação da identidade do jornalista “infiltrado” na PM, todos na corporação foram proibidos de tecer qualquer comentário a respeito do ocorrido. Eu tive a oportunidade de conhecer o jornalista que deu duas aulas num curso no CEsSec⁷, da Universidade Cândido Mendes, no Rio. O curso era para um público de maioria policial e, no intervalo, ouvi comentários de policiais civis dizendo que “esse tipo de aula é uma afronta para a PM. Aqui tem os caras, os oficiais, que participaram da formação dessa turma. Se na investigação social não descobriram nada sobre ele, foi falha da PM...”

O PM com quem conversei relatou que a revelação da identidade de Raphael como um jornalista “infiltrado” foi uma surpresa para os oficiais e que o clima ficou muito pesado no interior da corporação. Foi a partir da publicação dessa reportagem que tem início o que o entrevistado chama de “humanização da polícia”. Este episódio ficou marcado, segundo o policial, como um divisor entre o antes: “Antes o curso era mais duro, mais difícil” e o depois: “A geração pós-Gomide tá sendo muito humanizada”. Para ele, isso tem “seus efeitos colaterais”, porque “a polícia ficou muito mole”.

⁵ Este trabalho rendeu ao jornalista o Prêmio Lorenzo Natali 2008 para a América Latina e Caribe, da União Europeia. Após ser acusado de plágio por outra jornalista, a União Europeia confirmou que o jornalista era o vencedor, em 2009.

⁶ Jornal folha on line em 19/06/2009.

⁷ Centro de Estudos de Segurança e Cidadania – UCAM – RJ

No discurso do policial, observa-se que há uma expectativa de preparação para a guerra, onde o recruta espera que lhe sejam oferecidos instrumentos para lidar com a profissão: “se o treinamento é difícil a guerra é fácil”. Obviamente, neste breve estudo, não há como aprofundar a compreensão dessas categorias “humanização” em oposição ao “treinamento difícil” para a “guerra”. Entretanto, é possível perceber que há indícios de insatisfação sobre sua formação que aparecem nos discursos dos atores em relação ao que eles entendem como uma formação “mole”, “humanizada”. Ao mesmo tempo, há relatos de atores que se sentem desrespeitados pela forma como são tratados nos cursos de formação, como vimos na narrativa do policial do Ceará, acima. Possíveis desdobramentos desse quadro de representações poderão ser objeto de estudos posteriores. Nosso foco, aqui, é compor esse quadro inicial onde se discutem as representações dos policiais acerca de seu “ingresso” e sua “formação” na PMERJ, não sendo possíveis maiores aprofundamentos.

De acordo com as categorias analíticas apresentadas por Roberto Kant de Lima (KANT, 2013), o que a reportagem revelou foi uma das partes “implícitas” das práticas dos operadores de segurança pública. As representações “explícitas” geralmente são apresentadas como discursos oficiais, textos legais ou boletins informativos da corporação. Não há em nenhuma das representações “explícitas” da PMERJ a previsão de que os recrutas deveriam ficar expostos a um sol de 40 graus até desmaiarem, como narrou o jornalista. No entanto, essa prática aparece implicitamente no comportamento dos atores, que seguem os princípios “implícitos” orientados por técnicas constitutivas de um processo de construção de uma subjetividade do “ser policial”, revelando uma espécie de rito de passagem. (Foucault, ...)

Concurso público e curso de formação na PMERJ

A polícia militar do Estado do Rio de Janeiro já passou por inúmeras transformações ao longo dos mais de dois séculos de sua existência.⁸ Recentemente, as áreas de “formação” e “ingresso” na PMERJ são as que mais tem recebido a atenção dos agentes do estado, conforme se verifica nos discursos oficiais⁹. Em linhas gerais, entende-se por ingresso a maneira através da qual o policial passa a fazer parte da corporação, ou seja, atualmente

⁸ A polícia militar do Estado do Rio de Janeiro – PMERJ, foi criada em 13 de maio de 1809 (Neste ano de 2017 completa 208 anos) com o intuito inicial de proteger a corte portuguesa instalada na cidade. Naquela época, recebia o nome Divisão Militar da Guarda Real da Polícia da Corte – DMGRP. De lá até os dias atuais, a PMERJ já recebeu quase vinte nomes diferentes. O último deles, antes de ser denominada PMERJ foi Polícia Militar do Estado da Guanabara, em 1960.

⁹ Entendemos como “discursos oficiais” aqueles usados por agentes do estado com atribuições ligadas à área de Segurança Pública e afins.

através de concurso público¹⁰. E por formação o período no qual o membro iniciante da corporação participa de cursos antes de efetivamente exercer suas atividades policiais como soldado. Ambas as categorias aparecem nos discursos dos policiais ao falarem sobre sua carreira.

A carreira de policial militar é apontada nos discursos oficiais e pelo senso comum, em que pese o “perigo”, como uma carreira promissora e com possibilidades de crescimento. Diferentemente de outros cargos de concursos públicos, na PMERJ o ingresso se dá através de aprovação para atuar como soldado e as oportunidades de galgar postos e salários crescentes são certas, conforme o discurso que aparece em sites dos chamados concurreiros.

De acordo com a entrevista com um oficial, existem duas formas de ingresso na polícia: uma é através do curso de formação e aperfeiçoamento de praças, que corresponde ao concurso público explicado no discurso do sítio sobre carreiras. A outra forma se dá pela Academia de Polícia, onde já se ingressa com *status* de oficial. Há a possibilidade de um praça candidatar-se ao posto de oficial da PMERJ, desde que preencha os requisitos exigidos no concurso. Essa tentativa se dará juntamente com civis¹¹ para preenchimento das vagas, não existindo nenhum critério de pontuação diferencial para civis ou militares. Apesar disso, os praças podem ascender na carreira através das chamadas promoções por tempo de serviço.

“Os praças tem um quadro de acessos. De acordo com o perfil de cada policial, ele vai ganhando pontuação. Mas quanto mais alto o posto a ser ocupado, menor será o número de vagas... Pra essa promoção por tempo o policial faz um curso que vulgarmente chamamos de ‘curso de confirmação de divisa’”. (Oficial – Capitão. 13 anos de PMERJ)

¹⁰ O mais recente concurso público para soldado da PMERJ aconteceu em 2014 e ofereceu 6.000 vagas, sendo 5.400 vagas para candidatos do sexo masculino e 600 vagas para candidatos do sexo feminino. Em virtude da natureza do cargo não há reserva de vagas para deficientes físicos, no entanto, são reservados 20% do total de vagas para candidatos negros ou índios. Os requisitos para se candidatar ao concurso são: ter idade entre 18 anos na data de matrícula e 30 anos até a data limite do período de inscrição; ter concluído o Ensino Médio ou estar concluindo, de forma que esteja concluso até a data prevista em edital para a fase de Pesquisa Social; ter Carteira Nacional de Habilitação (CNH), no mínimo em categoria "B"; para candidatos do sexo masculino ter altura mínima de 1,65m e para candidatas do sexo feminino de 1,60m. A remuneração inicial não foi informada pelo edital do concurso, mas a mídia informou que seria de R\$ 2.382,89, com direito a gratificação de R\$ 350,00 para policiamento ostensivo de rua e R\$ 500,00 para efetivo de Unidades de Polícia Pacificadora (UPP). O concurso público para Soldados da PMERJ consta de sete etapas, sendo: a) Exame Intelectual, mediante a aplicação de prova objetiva e Redação; b) Avaliação Psicológica; c) Exame Antropométrico; d) Teste de Aptidão Física (TAF); e) Exame Toxicológico; f) Exames Médicos; g) Investigação Social e Documental. A prova objetiva tem 40 questões sobre conteúdos de Língua Portuguesa (10), Sociologia (5), Geografia (5), História (5), Legislação de Trânsito (5), Informática (5) e Direitos Humanos (5). Fica reprovado na prova objetiva e eliminado do concurso o candidato que não tiver acertado o mínimo de 40% do total de pontos atribuídos nas disciplinas de: Sociologia, Geografia, História, Legislação de Trânsito, Informática e Direitos Humanos e o mínimo de 50% das questões de Língua Portuguesa, bem como obtiver nota zero em qualquer disciplina.

¹¹ Pessoas que não fazem parte da carreira militar.

Em que pese a existência de oficiais na PMERJ, estes são em número muitíssimo menor que os praças. Na maioria das vezes, quando a grande mídia ou os discursos de senso comum se referem à atuação da PMERJ, são os policiais que estão na ponta, os praças, que protagonizam a maior parte das histórias. Uma das constatações deste estudo foi a de que comumente olhamos a PMERJ como um bloco uniforme de policiais. A partir dos contatos com o campo para compreender a maneira como esses atores lidam com a questão do “ingresso” e da “formação” na corporação, pude perceber a complexidade que há no interior da PMERJ, a começar pela existência de dois grandes grupos que parecem distintos sob várias perspectivas: o de praças e o de oficiais. Segundo um oficial, entre os praças não há muitas diferenças no tratamento entre eles. Já entre os oficiais há. “Existe o Oficial Superior, o Oficial Intermediário e o Oficial Subalterno”.

“Na hora do almoço é que você mais vê essa hierarquia. Que não é uma coisa só da polícia. Um desembargador não usa o mesmo elevador que um juiz. O juiz não usa o mesmo elevador dos serventuários. É isso. Uma hierarquia. Tem a mesa de refeição dos oficiais, com os lugares certinhos pra cada um, o comandante na cabeceira. E tem um lugar só pros praças.” (Oficial – Capitão. 13 anos de PMERJ)

Essa hierarquia e a existência desses grupos dentro da PMERJ parece guardar diferenças a serem reveladas muito mais complexas e profundas do que uma simples divisão geográfica no refeitório. Mas este não é o tema a ser desenvolvido no momento.

Na fala de um dos agentes do estado responsáveis pela formação policial, verifica-se que há um esforço no sentido de qualificar melhor os policiais e usar menos a força letal.

“Queremos ofertar aos novos agentes instrumentos para que possam executar um modelo de polícia mais adequado à realidade das comunidades carentes do Rio de Janeiro. Queremos que o policial formado tenha conhecimentos e habilidades para administrar conflitos, tendo a capacidade de realizar processos decisórios. É importante reforçar também que o PM estará sendo preparado para atender às demandas da população, sendo que a força letal será o último recurso adotado” (Pehkx Jones da Silveira, subsecretário de Educação, Valorização e Prevenção da Secretaria de Segurança. Disponível em: www.pemerj.rj.gov.br - 2015)

O discurso oficial da PMERJ através de seu sítio na rede aponta para a criação, a partir de janeiro de 2016, de um “novo currículo”¹² que tem como intenção o aperfeiçoamento da chamada “política de pacificação”. Para, digamos, ajustar-se a essa “política de pacificação” os agentes do estado envolvidos nesse esforço apresentam uma ampliação não só no tempo para capacitação dos policiais, que passará de 8 para 12 meses, mas também do número de

¹² Entre agosto de 2014 a fevereiro de 2015, o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, com o apoio metodológico da Subsecretaria de Educação, Valorização e Prevenção, coordenou o processo de atualização do currículo do Curso de Soldados. Os objetivos são identificar e realizar os ajustes necessários. Cerca de 100 profissionais – entre instrutores, professores, especialistas e gestores – participaram da construção do novo currículo da Polícia Militar. (www.pemerj.rj.gov.br).

disciplinas curriculares. Nesse conjunto¹³, destacam-se o aumento da carga-horária da disciplina “direitos humanos”, que passará de 16 para 20 horas-aula e a inclusão de novas disciplinas, dentre elas, Tecnologia não-letal e Polícia de Proximidade.

Observa-se no discurso oficial da PMERJ, através do que é apresentado na sua página eletrônica, uma ideia de que todos os policiais militares que ingressarem como praças na corporação a partir de 2016 receberão uma capacitação mais voltada para a conscientização da “política de pacificação” e o não uso, ou menor uso, das ações “letais”.

O contexto atual, no qual esse “novo currículo” para a formação da PMERJ está sendo pensado, revela pontos importantes a serem analisados¹⁴, especialmente na questão da letalidade.

Nos primeiros meses de 2017, a chamada grande mídia trouxe notícias de um aumento nos índices de mortes causadas pelos “confrontos entre policiais e bandidos” no Rio de Janeiro, especialmente nas favelas, reforçando a representação de que trata-se de uma carreira “perigosa”. A ênfase no discurso da grande mídia tem sido dada mais ao fato do aumento no número de policiais mortos e menos aos números envolvendo não policiais, ou civis, nas mesmas ações.

“Considerando apenas os PMs mortos em serviço, o número já é maior que todo o primeiro trimestre do ano passado, quando cinco agentes morreram – em 2016, por sinal, a vitimização policial chegou ao seu maior patamar nos últimos dez anos. Foram 40 agentes mortos durante o trabalho, contra 26 em 2015 e 18 no ano anterior.” (BIANCHI, 2017)

Na direção oposta à grande mídia, alguns sítios da internet chamam a atenção para o aumento também de pessoas mortas pela polícia nos últimos anos. Trata-se de números registrados pelo Instituto de Segurança Pública, conforme afirma um dos discursos de mídia:

“A PMERJ já tirou mais de 260 vidas de civis este ano, segundo dados do ISP (Instituto de Segurança Pública) de janeiro a abril, um aumento de 37% em relação ao ano passado. No mesmo período de 2014, foram 189 vítimas... Desde janeiro de 2007 a abril de 2015, a polícia sob o comando do Beltrame matou um total 6574 civis... Mas por que será que você não leu matérias sobre esses dados na grande mídia? Porque a divulgação feita pelo Instituto de Segurança Pública e o Governo do Estado não enfatizam essas mortes, obviamente. Inclusive mês passado focaram na diminuição de autos de resistência em locais com UPPs, sem

¹³ O novo curso de formação contará com 32 disciplinas. Nove delas receberam aumento de carga horária. Entre elas estão: Direitos Humanos (de 16 para 20 horas/aula); Imagem Institucional (de 8 para 10 horas/aula); Língua e Comunicação (de 24 para 30 horas/aula); Instruções Práticas de Ações Táticas I, II e III (de 70 para 114 horas/aula); Noções de Direito Administrativo (de 12 para 16 horas/aula); e Legislação Processual Penal Comum (de 8 para 12 horas/aula). Outras cinco matérias foram criadas: Tiro de Defesa I e II; Tecnologia Não-Letal; Administração Institucional de Conflitos (técnicas) e Polícia de Proximidade. Três estudos de caso serão abordados em cada disciplina para relacionar a teoria com as experiências vivenciadas por policiais já formados. (www.pmerj.rj.gov.br).

¹⁴ Uma análise mais detalhada desse contexto será objeto de estudos posteriores.

mencionar que esses crimes subiram em outras regiões da zona norte e da Baixada Fluminense.” (www.brasil247.com - 2016)

O que se tem, entretanto, é um quadro onde os atores, tanto policiais quanto a população, especialmente a das chamadas comunidades carentes, acabam sendo alvo de ações letais. Uma das questões que surgem, que inclusive poderá fazer parte de estudos futuros, é se esse novo currículo dará conta de preparar os policiais na medida das expectativas dos agentes do estado, mentores desse processo.

O Coronel Marcio Pereira Basilio¹⁵, classifica como insuficiente o tempo de formação para ingressantes na PMERJ, já que as ações dos policiais dependem de conhecimentos específicos de direito penal, direito constitucional, direito administrativo, dentre outros. Em seu artigo, o Coronel se refere ao tempo de oito meses de formação. Nesse sentido, afirma que “o curso de formação de soldados da PMERJ é realizado em oito meses, tempo insuficiente para o aprofundamento nesses tipos de conhecimento.”(BASILIO, 2008)

Essa necessidade de “conhecer a lei” aparece no discurso de um dos PMs entrevistados para elaboração desse estudo. Segundo o Sargento que entrevistei, a formação intelectual na PM é muito importante, mas na maioria das vezes os que possuem maiores níveis de escolarização não ficam nas ruas.

“Hoje quem tem maior preparo intelectual na PM está em escalas administrativas, que são as melhores. O cara que tá lá na rua não tem esse preparo. Ele é o que vai atender primeiro a população, mas não tem conhecimento da lei...” (2º Sargento – 16 anos de PMERJ)

O Coronel Marcio Basilio (2008) destaca que o problema começa no processo de seleção. “O ingresso na PMERJ se dá mediante concurso público que exige ensino médio completo, cuja prova avalia conhecimentos de matemática, português e redação.”¹⁶ O discurso do Sargento que entrevistei, que possui formação superior em Direito, apresenta a seguinte linha de pensamento:

“Um cara de segundo grau mal sabe escrever. Ele não sabe nem o que é uma súmula vinculante e não vai saber lavrar um termo. Um cara sem conhecimento jurídico adequado não faz nada por medo de errar... Temos que falar da gestão omissiva dos gestores. Ninguém diz

¹⁵ O Coronel Marcio Pereria Basilio é doutor em Engenharia de Produção pela UFF e realizou pesquisa que trata da formação policial. Em seu artigo intitulado “O desafio da formação do Policial Militar do Estado do Rio de Janeiro: entre o modelo reativo e o contingencial” o oficial da PMERJ apresenta além dos resultados das entrevistas que fez com os praças, sua opinião a respeito de alguns dos pontos levantados. Nesse sentido, considero esse estudo como um discurso que integra aquilo que os policiais dizem sobre sua formação, apesar de ser o discurso de um oficial sobre os praças. Ver BASILIO, 2008.

¹⁶ Conforme já foi explicitado em nota de rodapé anterior, as provas para ingresso como soldado da PMERJ, atualmente, têm 40 questões objetivas sobre conteúdos de Língua Portuguesa (10), Sociologia (5), Geografia (5), História (5), Legislação de Trânsito (5), Informática (5) e Direitos Humanos (5).

que o erro do policial foi por falta de estrutura ou por falta de formação adequada. Precisamos conhecer a lei” (2º Sargento – 16 anos de PMERJ)

Além do problema no processo de seleção, que apresenta desdobramentos nas atuações do cotidiano do policial, Basilio (2008) destaca a questão do “desvio de finalidade na formação policial”:

“Um dos pontos identificados como críticos é a utilização dos alunos em atividades adversas aos objetivos do treinamento, como: realização de serviços de limpeza; serviço de manutenção de equipamentos; pinturas; apoio em jogos de futebol e policiamento de praia. O que se percebe é que o efetivo de alunos é utilizado para suprir deficiências de ordem gerencial, como contratação de funcionários para limpeza e manutenção de quartéis. Um outro ponto também crítico em relação à capacitação dos soldados, relatado pelos entrevistados, é o fato de não serem ministrados conhecimentos suficientes de direito penal, constitucional, administrativo, manuseio e utilização de armamento, bem como fundamentos de abordagem que os habilitem ao exercício de suas funções.” (BASILIO, 2008)

O uso de alunos-soldados da PMERJ em atividades de manutenção e limpeza dos quartéis é apontado como um ponto crítico que prejudica a formação policial. O conhecimento teórico das leis vigentes aparece como ferramenta indispensável para o exercício do cargo de policial. Segundo Basilio (2008), as mudanças ocorridas para ingresso na PMERJ não deram conta de suprir as deficiências dos que passam a exercer as atividades policiais. O que um policial faz hoje, com as mudanças nas exigências para ingresso e formação é o mesmo que fazia o policial que ingressava na PMERJ apenas com a exigência do então primeiro grau, atual ensino fundamental completo.

“Observa-se que de uma forma geral, o nível de escolaridade exigido atualmente não tem relação direta com algum tipo de agregação de valor na atividade policial, nem mesmo com o programa de treinamento. Os relatos indicam que os policiais hoje realizam as mesmas atividades que anteriormente eram desempenhadas por profissionais com o primeiro grau.” (BASILIO, 2008)

De acordo com os resultados apresentados na pesquisa de Basilio (2008) o “despreparo” é uma categoria que sintetiza a sensação da maioria dos policiais que teriam que enfrentar a realidade diária do serviço policial no Rio de Janeiro. No entanto, os desafios cotidianos a serem enfrentados estão relacionados não somente à falta de conhecimento das leis, mas principalmente ao “despreparo” para o uso de armamentos.

“Em primeiro lugar, os entrevistados relataram que se sentiram despreparados para o uso do armamento em virtude das poucas aulas de tiro e armamento que tiveram no CFAP; alguns relataram que se sentem inseguros em abordar determinados segmentos da sociedade, pela falta de conhecimento para lidar com a situação; os policiais com mais experiência profissional alegaram que aprenderam mesmo nas ruas, no dia-a-dia, com seus superiores diretos; outros afirmaram que o CFAP forma para o combate, e não para lidar com as questões

sociais. De certa forma, essa categoria reflete a imagem que os policiais possuem do curso de formação, a imagem de um curso que não prepara para os desafios cotidianos da profissão.” (BASILIO, 2008)

Uma outra discussão levantada por Basilio (2008) foi se a exigência de formação no ensino superior para ingresso na PMERJ, a exemplo do que acontece em países da América do Norte e Europa, seria a solução para as questões levantadas.

“De uma forma geral, os entrevistados acreditam que ter conhecimento é importante. Todavia, os problemas estruturais enfrentados pela Polícia Militar não são viáveis para se exigir o terceiro grau para o ingresso como soldado da polícia militar. Antes, o papel da polícia deveria ser repensado, condições de remuneração revistas e o homem mais valorizado para que tal mudança surtisse o efeito desejado.” (BASILIO, 2008)

Dentro da corporação, aparecem dois tipos de policiais. Os “internos” e os “externos”. De acordo com os policiais que entrevistei, não há critérios claros para ocupar funções internas, que compreendem aquelas exercidas apenas em ambientes fechados, como repartições burocráticas dos Batalhões, prédios públicos, etc, sem contato direto com as ruas, e as funções externas, que compreendem o trabalho nas ruas, em operações variadas. Segundo os policiais, o “interno” consegue estudar, fazer cursos. Já o “externo” não consegue e sente falta disso.

“O cara que está nas ruas não consegue se aprimorar na PM. A escala é ininterrupta e rotineira e não dá nem pra fazer um curso. Hoje quem tem maior preparo intelectual na PM está em escalas administrativas, que são as melhores. O cara que tá lá na rua não tem esse preparo. Ele é o que vai atender primeiro a população, mas não tem conhecimento da lei e não tem tempo pra estudar. E ele que tá na rua é o que mais precisa de conhecimento porque vai atender primeiro à população. Agora, o cara que tá lá no administrativo tem esse conhecimento.” (2º Sargento – 16 anos de PMERJ)

Não há, segundo apontam os resultados de um estudo sobre formação de praças e oficiais (CARUSO *et al*, 2006), por parte da PMERJ mecanismos de atualização nos batalhões além das chamadas “instruções de manutenção” que são uma espécie de orientações publicadas de forma assistemática nos boletins internos da corporação, os quais muitos policiais nunca acessam. Conforme se verifica na fala do sargento, “o cara que está nas ruas não consegue se aprimorar na PM”. Ora, se é constatável que a “formação” do soldado não atende às necessidades, sendo reconhecida a precariedade de uma produção e sistematização do conhecimento de polícia, nota-se que fica a cargo do chamado “saber prático” e do esforço pessoal de cada membro da corporação um aprimoramento ou a busca de uma formação mais adequada. Desta forma, “a melhoria do desempenho policial está atrelada a um interesse pessoal, o que implica em excluir da corporação a sua responsabilidade de criar e difundir os mecanismos formais de atualização de conhecimentos.” (CARUSO *et al*, 2006)

Estar na rua e estar em serviços administrativos ou internos parece depender da formação de cada policial. Quanto maior o nível de escolarização formal obtido fora da corporação, maior é o desejo de atuar em funções que não tenham ligação direta com o trabalho nas ruas. Os policiais que estão nas ruas são os que mais necessitam de conhecimentos formais para lidar com a população, conforme vimos nos discursos. No entanto, o que se tem na prática é que os policiais que alcançam patamares de escolarização mais altos acabam deixando de atuar nas ruas, restando aos “de menor formação” o exercício da função “externa”, da atuação nas ruas, produzindo e reproduzindo seus saberes práticos. Um dos policiais que entrevistei trabalha num fórum (“interno”) e segundo ele é bem melhor pra conseguir estudar.

“Hoje em dia muitos novatos são universitários e pedem logo pra ficar interno. Tem a PM operacional e a PM administrativo. Eles chegam e querem ser administrativo. Eu vim pro fórum porque estava na rua direto e queria fazer curso. Aí consegui ver com a magistrada para ficar aqui. Aqui consigo estudar mais porque é serviço interno. Na rua você é como um louco nadando no oceano. É melhor ficar aqui na ilha tomando água de coco do que ficar lá nadando e ser comido pelos tubarões. Eu que tenho mais instrução quero ficar aqui na ilha, certo?”(2º Sargento – 16 anos de PMERJ)

Observa-se que no discurso do policial as metáforas “ilha” e “oceano” são usadas para representar das duas realidades encontradas no exercício cotidiano do cargo de policial militar. A “ilha” é uma conotação do que se conhece como serviço interno, “onde se toma água de coco”. “Na ilha” o policial pode estudar e quem tem mais instrução, como é o caso do entrevistado, que fez graduação em Direito, prefere estar “na ilha”. O “oceano” é uma conotação do serviço externo, “onde se nada como um louco e corre-se o risco de ser devorado pelos tubarões”. Quem não tem instrução fica “no oceano”.

Sobre a categoria “rua”, que é uma categoria nativa¹⁷, entendida como o local de serviço externo, ou o “oceano”, como foi utilizado conotativamente no discurso do sargento entrevistado, observa-se que é nela (“na rua”) que estão, de fato, os chamados “desafios” para a atuação do cargo de soldado recém ingressado na PMERJ. Segundo os policiais, esses conhecimentos sobre “ilha” (serviços internos) e “oceano”(serviços na rua) são compartilhados já no curso de formação de soldados, ocasião em que cada um buscará seus meios de estar em um ou em outro lugar. O curso de formação não parece conter as ferramentas necessárias para que o soldado se sinta pronto para ser um policial “da rua”. A

¹⁷ Esta é uma expressão típica da Antropologia que entende que os nativos são os grupos locais que fazem parte da pesquisa. As categorias nativas, a grosso modo, são aquelas cujo teor semântico é, muitas vezes, utilizado e compreendido apenas naquele grupo social específico.

“formação” de verdade acontecerá “na rua” com o “PM antigo”, que compartilhará com os colegas, informalmente, seus saberes práticos.

“Você só aprende na rua com o PM antigo. A rua é outra realidade. É a rua que te ensina a trabalhar, te dá experiência.” (Cabo – 12 anos de PMERJ)

“Os mais velhos sempre falavam dos cuidados que a gente tinha que tomar na rua. Eles pareciam videntes. Tudo o que eles falavam, acontecia. A experiência deles era passada pra nós e isso foi bom. Eles focavam o lado pra gente não se dar mal: cuidado com falcatruas, formas de abordar o cidadão...” (Soldado – 4 anos de PMERJ)

Independentemente do tempo de atuação na PMERJ, é possível observar que, em que pese a demanda por uma formação teórica mais voltada para atender à realidade de trabalho do policial, há certo consenso em reconhecer que os mais velhos, com suas experiências práticas, são fundamentais para o bom desempenho do trabalho “na rua”. O curso de formação oferecido pela PMERJ não é visto pelos policiais como uma oportunidade de se obter ferramentas importantes para a atuação no cotidiano da polícia, embora a maioria afirme que “o curso foi bom”. Há, inclusive, e apesar da afirmação “o curso foi bom”, um certo desprezo por algumas disciplinas do currículo de formação do soldado, reconhecíveis nas falas dos entrevistados. Digo isto, porque alguns policiais que entrevistei, ao discorrerem sobre as disciplinas que estudavam durante o curso, fizeram uma espécie de careta ao dizer “direitos humanos”, buscando em mim, seu interlocutor naquele momento, um apoio à expressão facial que faziam, assemelhada à expressão feita por quem bebe algo amargo. Essa expressão era seguida de um sorriso irônico que aguardava minha reação. Nas duas vezes em que isso ocorreu, busquei sorrir também para deixar o entrevistado à vontade ao perceber que ele queria deixar claro que desprezava aquela disciplina, ou que tinha algum tipo de problema com a mesma¹⁸. Para os policiais, no entanto, muitas das informações obtidas durante o curso de formação inicial da PMERJ são úteis como conhecimento acadêmico, apenas, mas para a função policial na rua não são informações “verdadeiras”.

“O curso é para aprender a ser policial, mas a metade das coisas que vemos lá não são verdadeiras. Não tem nada a ver com a realidade da polícia. A PM tinha que ser mais realista. A realidade fica escondida. Você só vai saber o que é ser PM de verdade quando for pra rua.” (Soldado – 4 anos de PMERJ)

Sobre esse saber prático, adquirido “na rua”, “*é comum ouvir dos policiais que ‘ser policial se aprende na rua’, como estratégia de contrapor aquilo que, formalmente, se aprende ao que, de fato, se usa e pratica.*” (CARUSO et al, 2006) Nesse sentido, observa-se

¹⁸ Uma análise sobre esse tema será objeto de estudos futuros.

que o curso de formação feito por aqueles que são aprovados num concurso público para ser policial militar no Rio de Janeiro (soldado), que vem acompanhado de conteúdos curriculares pré-estabelecidos, é uma etapa necessária, indispensável para ser “formado policial”, mas não oferece as ferramentas (teóricas ou práticas) necessárias, ou “verdadeiras”, para ser um “policial de verdade”, “na rua”. “Você só vai saber o que é ser PM de verdade quando for pra rua”.

Entre os oficiais, todavia, desde o momento do ingresso já estarão definidos os seus locais de atuação de forma “explícita”. Ou seja, existem oficiais combatentes, que são os que ditam as regras para os praças atuarem nas ruas; existem os oficiais do quadro de saúde, que vão atuar nos hospitais; existe o Quadro de Oficiais Administrativos – Q.O.A. – que são os oficiais que vão atuar em serviços burocráticos. As categorias nativas “interno”(em serviços administrativos ou em serviços de segurança em prédios públicos) e “externo”(nas ruas) não fazem parte da prática de trabalho dos oficiais.

“Eu sou oficial combatente. Eu até vou pra rua. Mas via de regra tenho que coordenar, comandar e fiscalizar o serviço. Quem executa são os praças. De acordo com cada mancha criminal eu faço o planejamento e a distribuição da polícia para atuar nos locais.” (Oficial – Capitão. 13 anos de PMERJ)

Considerações finais

Surgem, nesse quadro com informações e reflexões sobre as representações acerca do “ingresso” e da “formação” dos policiais do Rio de Janeiro, algumas questões a respeito do tempo que seria adequado para a formação de um policial, do tipo currículo a ser ministrado no curso de formação, se há ou não a necessidade de uma formação para a guerra, o que exigir no perfil acadêmico dos ingressantes na corporação, etc. Oferecer respostas a essas questões não é o objetivo desse estudo, embora elas o perpassem, considerando-se os discursos produzidos pelos atores entrevistados e, ademais, sejam uma preocupação de dentro da instituição, daqueles que são os representantes do Estado responsáveis pela elaboração e viabilização desses processos, como se pode ver também em seus discursos oficiais, ou “explícitos”.

Por outro lado, os dados etnográficos aqui produzidos não têm a pretensão de oferecer um “tipo ideal” (WEBER, 1991) para o “ingresso” e para a “formação” na PMERJ. No entanto, esses dados empíricos auxiliam na reflexão sobre as categorias “ingresso” e “formação” dos policiais militares, trazendo algumas representações a respeito delas, e em conjunto, articulando com as ideias de outros autores e elementos teóricos. E, naturalmente, isso não esgota as possibilidades sobre o assunto.

Para os entrevistados, em especial os praças, “ingresso e formação” constituem categorias que se confundem, sendo compreendidas como uma etapa necessária para depois

aprender a ser policial de verdade, nas ruas. Só então acontecerá a “formação” de fato. “Você só vai saber o que é ser PM de verdade quando for pra rua.”

Todo o esforço institucional da PMERJ, conforme discurso de seus mentores, para ampliar o tempo de formação (curso), tem revelado que, na prática, o policial não vê nesta etapa o caminho para ser policial de verdade. Apesar da nítida rejeição ao tema por parte dos entrevistados, a corporação aumenta a carga-horária da disciplina “Direitos Humanos”, revelando um esforço para proporcionar uma formação mais voltada para a “política de pacificação”.

“Foucault, com base em investigações sobre textos de filósofos gregos clássicos, mostra-nos como a escuta funciona como prática de incorporação de determinada verdade, ou, em seus próprios termos: como práticas constituintes dos processos de subjetivação. Foucault mostra, com a riqueza de detalhes que o caracteriza como autor, as técnicas para que a escuta funcione como uma prática de subjetivação: o silêncio, as técnicas corporais do ouvir, a atenção. Através delas é possível incorporar o discurso verdadeiro: fazer deste um *habitus* (termo que indicaria com mais precisão a incorporação – no sentido literal de dentro do corpo...” (TEIXEIRA, 2011)

De forma geral, o que se pode observar, também, com os dados da pesquisa, foi que essas “práticas de incorporação de determinada verdade”, neste caso, a incorporação do ser policial a partir da compreensão do que esses mesmos atores dizem sobre seu ingresso e formação na instituição policial, constituem uma complexa rede de sentidos que se revela de formas diferentes a cada turma que ingressa nos quadros funcionais da PMERJ. A cada concurso, a instituição policial busca meios didáticos e pedagógicos diferentes, em diferentes locais, para formar aqueles que estarão nas ruas para exercer a função policial.

Referências bibliográficas

BASILIO, Marcio Pereira. **O desafio da formação do Policial Militar do Estado do Rio de Janeiro: entre o modelo reativo e o contingencial**. Anais do XIII CLAD, Buenos Aires, 2008.

BARROS, Ciro. Revista Exame (on line) – junho de 2015.

<http://exame.abril.com.br/brasil/formacao-da-pm-e-baseada-em-abusos-dizem-policiais/>

acesso em: 12/05/2017

BIANCHI, Paula. Sítio UOL Rio - 19/03/2017

<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/03/19/um-policial-militar-e-assassinado-no-rio-a-cada-dois-dias-e-meio.htm>

CARUSO, H. et al. **Da escola de formação à prática profissional: um estudo comparativo sobre a formação de praças e oficiais da PMERJ**. Segurança, justiça e cidadania: pesquisas aplicadas em segurança pública, Brasília, n.04, ano II, p.101-118, 2010.

- CERQUEIRA, H. de G. A disciplina militar em sala de aula: a relação pedagógica em uma instituição formadora de oficiais da polícia militar do Estado de São Paulo.** 2006. 227f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2006.
- DAMATTA, Roberto. A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil.** Editora Brasiliense. São Paulo, 1985.
- FOUCAULT, Michel. A hermenêutica do sujeito.** Editora Martins Fontes. São Paulo. 2006.
_____. Vigiar e punir. Editora Vozes. Petrópolis, 2004.
- FRANÇA, Fabio Gomes de. Segurança Pública e a formação policial militar: os direitos humanos como estratégia de controle institucional.** *Estud. sociol.*, Araraquara, v.17, n.33, p.447-469, 2012
- GEERTZ, Clifford. O saber local.** Petrópolis: Vozes, 1998.
_____. Interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.
- KANT DE LIMA, Roberto. Entre as leis e as normas: éticas corporativas e práticas profissionais na Segurança Pública e na justiça criminal.** Revista Dilemas. Volume 6 Número 4, 2013.
- MUNIZ, Jacqueline. Ser policial é sobretudo uma razão de ser.** Rio de Janeiro, 1999. Tese (Doutorado) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.
- SILVA, Luiz Antonio Machado da. As várias faces das UPPs.** Revista Ciência Hoje. Vol. 46, n. 276, novembro de 2010.
- SOARES, Bárbara; LEMGRUBER, Julita; MUSUMECI, Leonarda e RAMOS, Silvia. O que pensam os policiais.** Revista Ciência Hoje. Vol. 49, n. 294, julho de 2012.
- TEIXEIRA, Cesar Pinheiro. A construção social do “ex-bandido”. Um estudo sobre sujeição criminal e pentecostalismo.** Editora 7 letras, Rio de Janeiro, 2011.
- WEBBER, Max. Economia e sociedade.** Editora UNB. Brasília, 1991.
<http://www.brasil247.com/pt/247/favela247/183428/N%C3%BAmero-de-mortos-pela-PM-do-Rio-continua-a-subir.htm> 02/06/2015
<https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/concurso-pmerj/> acesso: 15/05/2017